

A RELAÇÃO TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Maria Orlandia de Melo Belmiro
Universidade Estadual de Santa Cruz

Arlete Ramos dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo é uma revisão bibliográfica que tem por intuito enfatizar a relação Trabalho, Educação e Formação Humana, sobre a influência do neoliberalismo, perfazendo uma análise das propostas marcadas no setor educacional e sua influência nas práticas educativas através das concepções implícitas e explícitas no currículo escolar. Tem como metodologia a hermenêutica para a interpretação da revisão bibliográfica.

Palavras chave: Neoliberalismo. Trabalho. Educação. Formação Humana.

1 INTRODUÇÃO

O artigo foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico, fundamentando a sua delimitação com base em referências teóricas centrais à temática do neoliberalismo e seus efeitos na subjetividade dos indivíduos e, sobretudo os seus feitos no campo educacional, englobando um apanhado de seus efeitos no mundo moderno. Para além destes, destaca os pontos cruciais abordados pelos estudiosos do tema, que contempla desde a origem do neoliberalismo até as suas perspectivas futuras, passando pelas fases de crescimento e desenvolvimento dessa ideologia.

O artigo se estrutura do seguinte modo, na primeira parte, expõe-se a respeito da do conceito, características e surgimento e como o mesmo se estabelece no cenário atual, procurando apresentar e responder aos principais argumentos com relação ao Neoliberalismo. Na segunda parte, apresentam-se os elementos centrais que o caracteriza a educação dentro da perspectiva Neoliberal. Na conclusão, retoma-se o argumento em favor da utilização estratégica do conceito, sem ignorar as divergências políticas que as diferentes teorias implicam, perfazendo uma relação com a educação, formação de professores, conteúdo didático e o rompimento do direito dos indivíduos.

Sendo assim, surge a presente pesquisa com o objetivo de voltar o olhar para essa conjuntura, em busca de verificar a relação Trabalho, Educação e Formação Humana: as influências do neoliberalismo na educação brasileira. Entre os objetivos específicos, o artigo busca: a) verificar o cenário atual do neoliberalismo na educação brasileira; b) identificar a relação Trabalho, Educação e Formação Humana. Diante desse cenário, tal pesquisa busca compreender como a proposição relação Trabalho, Educação e Formação Humana têm sofrido as influências do neoliberalismo na educação?

Sendo assim, essa investigação torna-se relevante por se tratar de um tema que vem sendo amplamente discutido no cenário acadêmico, bem como sua extrema importância no setor social, por relatar a realidade da educação no cenário atual, para além da luta para romper com tais barreiras.

2. O Neoliberalismo: sua origem e como se estabelece no contexto atual

O neoliberalismo tem sido um dos assuntos mais instigantes dos últimos tempos, devido as suas ideias postas em prática a partir das últimas décadas do século XX, o que fomentou uma cadeia de transformações na estrutura produtiva do modo de produção capitalista, as quais refletiram incisivamente na esfera educacional e, por subsecutivo, gerando mais explorados no âmbito educacional na contemporaneidade. Esse sistema que ao ser inserido trouxe o estímulo da tendência capitalista, a mercantilização universal onde tudo é transformado em mercadoria, dentre eles, a educação, saúde, cultura e esportes. Prevalece neste sistema o interesse individual onde os direitos sociais e econômicos não fazem parte desta conjuntura.

De acordo com Pereira (2002), o neoliberalismo é uma matriz ideológica que acastela a ideia de que o mercado, e não o Estado deveria ser o exclusivo fornecedor de salários e capital. Para tanto, defende a desregulamentação total, a derrubada dos obstáculos comerciais e a livre circulação de bens, de trabalho e de capital. A política neoliberal augura uma ampla desregulamentação e liberalização das regras de comércio e alocação de capitais internacionais e a abertura das bolsas e de todos os setores da economia às multinacionais.

Tendo por características basais, os ideais de liberdade e autonomia individual sobre os de igualdade e justiça social; apadrinha a reconstituição e revigoração da sociedade civil como um contraponto aos supostos poderes excessivos do Estado; embute a revitalização das instituições voluntárias e de sua ativa participação no processo de provisão social, em uma

concepção de responsabilidades compartilhadas em que o estado, o mercado e a sociedade seriam parceiros em igualdade de condições.

Considerando que essas intensas transformações no campo econômico, sociocultural, ético-político, ideológico e teórico marcaram as últimas décadas do século XX e o início do século XXI e permanecem se expandindo de tal forma que se aponta uma tríplice crise. Esta crise é definida por Mészáros (2002) como o fim da capacidade civilizatória do capital, uma vez que, agora para manter as taxas históricas de exploração, o capital tem que destruir um a um, os direitos conquistados na conjuntura das políticas do Estado de bem-estar social e subordina a ciência e a técnica aos processos de exclusão.

O neoliberalismo iniciou após a II Guerra Mundial, tendo por base teórica o livro “A caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Na teoria do conhecimento de Hayek é o seu destaque é no ataque à racionalidade econômica, em que destaca a individualidade dos sujeitos ou das empresas.

Sonia Marrach (1996) explica que a eloquência neoliberal, atribui um papel estratégico para a educação com objetivos de preparação para o trabalho atrelado a educação escolar e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado. Onde o mundo empresarial tem interesse na educação, visando uma mão de obra qualificada, competente para a competição no mercado. Onde a situação concreta da sociedade do trabalho é determinada a partir da base econômica pela perspectiva da acumulação do capital.

No neoliberalismo pais e alunos são consumidores da educação, dessa forma ocorrerá uma competição para a melhor oferta educacional entre as escolas. Ocorrem as reduções de investimentos na educação pública, fazendo que pais procurem escolas privadas que possam garantir um bom ensino para seus filhos, aproximando assim a ideia de escola como uma empresa. Outro ponto que é nítido é a transformação dos problemas educacionais em problemas mercadológicos.

As influências neoliberais na educação foram mais evidenciadas a partir da década de 60, quando se deu o processo de privatização da educação com a colaboração dos agentes do golpe de 64, onde existiam relações ideológicas com os grupos que defenderam a LDB de orientação privatista e que deram origem a lei nº 4.024/61. Posteriormente a 64 o ensino privado cresceu teve uma expansão vultosa. A primeira LDB favorecia os interesses privados onde permitia que em níveis federais e estaduais os empresários da educação ocupassem cargos nos conselhos da educação.

Estamos vivenciando no Brasil, a experiência neoliberal de encontro à ebulição política mobilizada pela sociedade civil em prol da democracia e de construção da constituinte na

década de 1980. Onde ainda assim, se alcança um ambiente ideal para sua prática. Isso ocorre devida a ampla propagação da ideia da “cultura da crise”, onde o processo de reestruturação produtiva cooperou para esfriar a luta de classes.

O presente momento que estamos vivendo, nos remete a um retrocesso, com um caráter reacionário, pois volta atrás de tudo àquilo que possivelmente tínhamos superado, aparenta ser um cenário dramático. Em vinte anos, existe uma perda da memória do passado, onde a América Latina se esquece de suas conquistas e de tudo o que foi feito nos últimos vinte ou trinta anos. Como se houvesse uma impulsão de voltar ao passado, como vem acontecendo com a Argentina e o Brasil.

Logo, faz-se necessário repolitizar e radicalizar os direitos humanos e a democracia, ou seja, reinventar a tensão entre democracia e capitalismo, para construir alternativas. Nessa perspectiva, a busca de projetos societários e educativos alternativos centra-se na ideia de força de que um ou outro mundo é possível e outra educação é possível. Nela, como fio condutor, o ser humano é o parâmetro da vida, do desenvolvimento, da economia, da educação, e de todas as práticas sociais, onde a referência deixa de ser o lucro, o mercado, a competição, a concorrência.

Considerando o que Mézaros (2002), aponta com relação à superação de uma educação orientada pelo capital, em que a mesma se desenvolve pelo confronto e pela alteração fundamental de “todo o sistema de internalização com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas”. Fazendo-se necessário um rompimento com a lógica do capital na área educacional, onde esta se dá pela substituição dos seus processos de internalização por uma alternativa concreta em que os indivíduos excluam criticamente as metas de reprodução obviamente possíveis do capital e elaborem outras perspectivas de formação das dimensões humanas a que tem direito.

Deste modo, a Educação e a formação humana se relacionam no que cerne os processos globais da formação do ser humano, cujos objetivos e características ultrapassam a ideia estreita de ensino como sistematização de conhecimentos e transmissão de conteúdos escolares. Por um lado, nessa concepção, é central “ter o ser humano e sua humanização como problema pedagógico” como salienta Arroyo (2000). Por outro lado, Freire (1986), argumenta que “além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político”.

Para compreensão dos processos educacionais é essencial entender a centralidade do trabalho, isso significa entendê-lo como categoria fundante do homem como ser social, ou seja, a relação social básica e primaria em que os homens estabelecem na relação com a natureza. Salientando que, pelo trabalho manifestou-se uma primeira dimensão de liberdade como

autodeterminação, aquela que se dá quando os homens se livram das limitações impostas pela natureza. Neste pressuposto, em que marca a centralidade do trabalho, ao atuar e transformar a natureza em objetos e também transformar a si próprios, portanto no trabalho existe um princípio educativo.

Conseqüentemente, a educação, meio para o desenvolvimento e emancipação do sujeito, assume o trabalho como princípio educativo e a formação omnilateral (MACHADO, 1989, NOSELA, 1992). Onde a omnilateralidade é o horizonte, como afirma Manacorda (apud GODOTTI, 1995, p.58):

“A omnilateralidade é, pois, o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e gozo, em que se deve considerar sobre tudo o usufruir os bens espirituais, além dos materiais de que o trabalhador tem estado excluído em conseqüência da divisão do trabalho.”

Quanto ao vínculo entre trabalho e formação, é necessário entender que a omnilateralidade humana transcende em muito a esfera do trabalho, embora nela tenha sua base histórica. Para Frigotto (1989), assumir o trabalho como princípio educativo implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. o autor afirma que o essencial na caracterização marxista é que a existência do Homem não é dada pela sua natureza biológica, mas é produzida por ele mesmo, e é por isso que educação e trabalho são características histórico-ontológicas do ser humano, porque ao contrário dos animais que se adaptam a natureza o homem precisa adaptar a natureza para sobreviver, precisa transformá-la adaptando-a a si. O ato de transformar a natureza através do uso de determinados instrumentos visando garantir a produção da existência é o ato especificamente humano ao qual chamamos trabalho.

Ora, dado que nossa existência não é garantida pela natureza, que precisamos adaptá-la para sobreviver, o processo pelo qual aprendemos a agir sobre a natureza com tal finalidade é parte indissociável do processo de trabalho, precisamos aprender a trabalhar, e sabendo isso, transmitir às novas gerações esse saber: “Portanto, a produção do homem, é ao mesmo tempo, a formação do homem, isso é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007, p.154).

A relação entre trabalho e a formação humana é focalizada considerando temas vinculados aos fundamentos econômicos, culturais, políticos e sociais do trabalho e dos processos formativos humanos. O centro da definição do trabalho como princípio educativo é posto sobre o ser humano no processo de trabalho, e é nessa acepção que ele é educativo, por ser realizado pelos próprios homens de forma consciente e autodeterminada, é autoatividade consciente como escreve Marx (2001).

2 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Tendo em vista que o processo de escolarização é fundamental para a humanização dos indivíduos, possibilitando a estes a formação de seus sentidos, mesmo nos limites estruturais impostos pela sociedade capitalista, faz-se necessário analisar como as políticas educacionais formuladas nas últimas décadas, tem se configurado um retrocesso no sentido da formação humana, em detrimento da formação do trabalhador como mão de obra para a exploração do capital.

Ainda que a temática educação não ocupe uma obra específica na produção de Karl Marx, no entanto a mesma aparece em passagens, conforme o contexto e o imperativo de produção e obviamente a reflexão do autor, aparecendo relacionada ao trabalho, numa condição indissociável. Na perspectiva da teoria Marx, não se pode falar em trabalho sem mencionar a educação que traduz a proposta de formação humana. Do mesmo modo, não se pode falar em educação sem acionar a categoria trabalho, pois o mesmo possui o princípio educativo de formação do ser humano.

E neste desígnio, quando a formação tem por objetivo a realização de um trabalho que é executado apenas para a produção mercado de trabalho, da riqueza social, sem comprometimento com o sujeito em si, não ofertando à atenção necessária as necessidades humanas para além da sobrevivência, a formação se torna deficitária, utilitária e perde o caráter de formação humana.

A formação humana, vinculada ao conceito de trabalho como princípio educativo, neste caso a percepção de educação defendida por Karl Marx que unifica Trabalho e Educação na lógica da formação humana. Marx (1983) defende que a educação verse com o indivíduo em sua plenitude, pressupondo a necessidade de cuidar de instruir com o conhecimento necessário para o trabalho, porém, além disso, cuidar da educação moral e corporal para que os homens sejam livres. Fazendo entender que, no processo de trabalho, a formação acontece e pode ser emancipadora ou não. Desse modo, comporta o desenvolvimento de habilidades e capacidades autônomas ou não. De modo que, o trabalho pode apenas ser alienante e não permitir a formação do ser humano.

Em se tratando de atualidade, no contexto brasileiro, as mudanças na dinâmica produtiva no Brasil e no mundo, com relação ao fenômeno da globalização, e o processo de financiamento do capital, na década de 1990, deram evidência ao mercado de trabalho capitalista, o que, por conseguinte, se desdobrou para o campo da educação, mais especificamente, na área da formação profissional, quando o governo brasileiro passou a adotar medidas direcionadas para

formar, qualificar, e requalificar o trabalhador numa perspectiva diretamente ligada ao mercado de trabalho. Anota-se a partir desse momento, a forte influência das orientações neoliberais na condução da educação do país.

Passa a existir um processo em que a própria educação se transforma em mercadoria e então aflora o princípio da competição em que transforma a escola num ambiente de modelo do mercado educacional onde surgem as relações de produção, reprodução e consumo do ensino. De modo que a incorporação de valores associados aos interesses do mercado atua no campo da educação, diante da adoção de visões voltadas para a promoção de disposições na formação para o trabalho. De acordo com Harvey (2008) os defensores do neoliberalismo exercem influência na educação, nos meios-de-comunicação e em instituições financeiras que exercem a regulação das finanças no globo, bem como, em organismos multilaterais.

O que se tem compreendido, mundialmente falando, é um desequilíbrio sem precedentes na forma como as coisas estão acontecendo, seja na esfera econômica, social, ambiental e cultural, o que reflete diretamente na educação. É praticamente impossível desvincular a política educacional do neoliberalismo econômico e social, pois ambos tem contribuído significativamente para aumentar as desigualdades sociais e a marginalização da grande massa da população.

E por se falar em educação, é aí onde está o maior contraste, quando em meio a uma explosão tecnológica sem precedentes, resultado também do neoliberalismo, que tem mudado radicalmente a vida das pessoas, ainda se tem escolas ultrapassadas, que continuam seguindo modelos de ensino de cinquenta anos atrás, ignorando as transformações ocorridas na sociedade ou até sendo ignorada por essas mudanças e como consequência vendo sua função de educar perder o sentido diante da situação em que se encontra.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as articulações entre o ideário neoliberal e a educação. Para efeito dos objetivos desse artigo nos debruçamos sobre as influências do neoliberalismo na educação brasileira, pelo fato de estar mais relacionada com a nossa realidade enquanto educadores e também, devido à extrema necessidade de manter esse debate acessível, tendo por intuito, não deixar que fiquem na zona de conforto. Todavia, reconhecemos que questões como educação a distância, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), terceirização de serviços nas escolas, entre outras, apresentam intrínsecas relações com o discurso neoliberal, os quais, em

que pese os estudos já existentes a esse respeito, apresentam amplas possibilidades de investigação por aqueles que lançam um olhar crítico sobre a educação brasileira.

Ao abordar uma pesquisa acerca do modelo neoliberal para a educação brasileira, se faz necessário considerar que nenhum tipo de reforma, modelo ou prática introduzida no campo educacional é desprovido de um arcabouço ideológico legitimado por uma base produtiva que lhe dá sustentação e que, em última análise, nos remete ao modo de produção dominante em nossa sociedade. As ditas “inovações” que invadem o ambiente escolar não são perpetradas de feito desinteressado ou neutro, mas acarreta, em sua profundidade, o modo de ser um agente de reprodução dos interesses da classe dominante, no sentido de vincular o modo de produção capitalista.

Neste contexto, a educação deixou de ser abarcada como espontâneo e inato ao ser humano e de olhar para o sujeito e a natureza, e passou a ser vista como uma importante ferramenta para formar cidadãos aptos trabalhadores com interesse mercadológico. Podendo afirmar que a educação passa a ser um instrumento político econômico, onde a mesma alinha-se ao discurso neoliberal, com a intencionalidade de transformar-se em um instrumento para ajudar a aumentar a produtividade do mercado de trabalho, sob o discurso de desenvolvimento, redução da pobreza, paz e estabilidade.

Para além deste, o cidadão também deixa de ter direitos e passa a ser o agente responsável por seu desenvolvimento e progresso, desresponsabilizando o Estado pelo que deveria ser sua função. E nesta conjectura, os sujeitos como agentes morais, expressam o ideário da individualidade, da racionalidade e do egoísmo, que são fundamentos liberais. Nota-se na presente pesquisa que a responsabilidade de desenvolvimento transfere-se do Estado para o cidadão e, por conseqüentemente, as perdas dos seus direitos.

Assim sendo, conclui-se que o atual momento educacional do Brasil recebe influência do neoliberalismo, com práticas econômicas que interferem de forma negativo de modo que a mesma possa alterar-se, permitindo uma defasagem na qualidade da educação, tornando-se necessário o rompimento com algumas reformas educacionais propostas pelo sistema neoliberal. Onde o cidadão, que deveria ter uma educação de maior amplitude, em um aspecto geral, referenciada com direitos humanos e dentro de suas limitações, na realidade é educado pelo interesse do Estado, no entanto, atualmente a educação segue o modelo neoliberal, individualista de interesse particular.

Sabe-se que esse rompimento não cabe somente aos educadores, mas faz-se necessário encontrar as fendas dentro dessas articulações, para que seja desenvolvido o exercício da crítica, no sentido de propor alternativas que viabilizem a construção de um modelo educativo

comprometido com a emancipação e o aperfeiçoamento da dignidade humana. Onde o debate sobre educação e mercado precisa continuar efervescente em busca da verdadeira cidadania, de ações públicas que resgatem as identidades sociais, por modelos de educação que esteja de acordo com as necessidades do sujeito.

As contribuições do presente artigo para o enfrentamento desse conjunto de desafios que assolam a educação atual, que por certo não esgotam por aqui, diante do tamanho da complexidade de tais problemas. Esta pesquisa teve por intenção contribuir para a construção pela busca dessa nova política pública de educação voltada para os sujeitos, objetivando educandos autônomos e cidadãos, comprometidos com a construção da democracia e da justiça social. Por certo, são essas algumas das preocupações e problemas que devem estar presentes nas políticas de organização e gestão da educação e também das organizações educacionais, aquando se tem por meta pensar em uma educação integral e cidadã, à altura dos desafios de nosso tempo e que procure cooperar para a superação de suas enormes e instigantes contradições.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FRIGOTTO, G. É falsa a concepção de que o trabalho dignifica o homem. *Comunicado*, Belém, p. 4-5, 7 de agosto de 1989.
- GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008
- MACHADO, Lucília R. de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo, Cortez, 1989a.
- MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.
- MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GHIRALDELLI J., p. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARX, K. O capital. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo. 2002.
- NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

PEREIRA, P. A. P. Política social, cidadania e neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, D. B. B.; DEMO, P.; SOUSA, N. H. B. (Org.). Novos paradigmas da política social. Brasília, DF: UnB, Programa de Pós-Graduação Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002. p. 253 - 273.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

Sobre as autoras:

Maria Orlandia de Melo Belmiro

Pós-Graduada em Educação do Campo (UESC)

E-mail: nandabelmiro@hotmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Pós-doutorado em Educação e movimentos sociais, UNESP.

Doutora em Educação, UFMG.

Professora Adjunta - DCIE/UESC.

E-mail: arlerp@hotmail.com